



PADAB

NA ESCOLA

Edição



PADAB NA ESCOLA

Autores:

Lorena Alexandra Dos Santos

Arthur Goulart de Sa Belchior

Arthur de Oliveira Moraes

PUC-Rio

Revisora e Coordenação:

Crislayne Alfagali *História, PUC-Rio*

Projeto:

*CONEXÕES CULTURAIS E HISTÓRICAS ENTRE BRASIL E
ANGOLA NOS ARQUIVOS DO PADAB (IHGB/ PUC-RIO).*

Apoio:

Alfagali, Crislayne

PADAB na Escola / Crislayne Alfagali, Lorena Alexandra Dos Santos, Arthur Goulart de Sa Belchior, Arthur de Oliveira Moraes – Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, 2026 - 6. ed. - 19p; 21 cm x 29,7 cm

1. História 2. Arquivologia 3. Escravidão I. Alfagali, Crislayne, V. PADAB na Escola.

sumário

5

**Os Axiluanda
e os Nâmbio
no conjunto
documental do
PADAB**

15

Transcrições

28

Glossário

35

**Sequência
didática**

41

**Referências
Bibliográfica**

42

Jogo da Memória

Apresentação

O objetivo deste material didático é apresentar possibilidades para o ensino de história, utilizando fontes transcritas do AHNA (Arquivo Histórico Nacional de Angola) que fazem parte da coleção Projeto Acervo Digital Angola-Brasil (PADAB), guardada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

A ideia é que ao entrar em contato com os documentos, o/a educando/a possa analisá-los e criticá-los de acordo com a orientação do professor/a educador/a. Para tal, esse material não apresenta um plano de aula traçado a ser seguido de forma única, pelo contrário, este instrumento de pesquisa quer mostrar possibilidades diversas para se trabalhar com as fontes aqui trazidas. O docente deve elaborar seu plano de aula levando em consideração as especificidades de sua turma.

Nesta revistinha, apresentamos transcrições sobre os Axiluanda e Nâmbios, povos de Angola, famosos por serem marinheiros e pescadores hábeis.



O conjunto documental apresentado compreende as fontes que até hoje foram identificadas no Projeto Acervo Digital Angola – Brasil (PADAB/IHGB) que versam sobre os **Axiluanda e os Nâmbios**.

Axiluanda é um dos muitos etnônimos utilizados para nomear os habitantes da Ilha de Luanda, localizada em Angola. Ao longo da colonização portuguesa, foram-lhes atribuídas diferentes nomenclaturas, como: Mixiluandas, Mexiluandas, Maxiluandas, Muxiluandas; porém, de acordo com o dicionário Kimbundu, língua africana falada na região de Luanda, a forma mais correta de referir-se a tal etnônimo no plural seria Axiluanda, e no singular Muxiluanda¹. Os povos Axiluanda são conhecidos como grandes pescadores, marinheiros, mercadores, e por diversas outras atividades que desempenhavam e ainda desempenham pela Ilha e cidade de Luanda. Além disso, atribui-se essa aptidão nas atividades marítimas a uma ligação sobrenatural com o mar e com as Kyandas². Os trabalhos dos Axiluanda se dividiam por gênero, sendo o trabalho de pesca da fauna marítima como recurso alimentício feito pelos homens e a comercialização do peixe e a pesca de Zimbo (nzimbu) – pequenos búzios utilizados como moeda no antigo Reino do Congo – praticada pelas mulheres. Outrossim, segundo a documentação, quando a dominação portuguesa já ia um século adentro, eles também

¹ Antonio de Assis Júnior, *Dicionário Kimbundu-português, linguístico, botânico, histórico e corográfico. Seguido de um índice alfabético dos nomes próprios*. Luanda: Argente, Santos e Comp. Lda. [s.d.], verbete “Axiluanda”, p. 16

² A Kyanda, também conhecida como yanda, kiximbi ou kituta, é um gênio da natureza que faz parte do imaginário dos Kimbundu. As denominações e descrições variam de região para região e, segundo relatos, ela possui metade do corpo humano e metade de peixe. Elas são brancas, alvas ou cristalinas, com cabelos brancos e longos. Normalmente, as pessoas não a veem de forma direta, mas sim a seus sinais, a luz é um traço fundamental da presença delas. Cintilações luminosas, com sons vibrantes e envolventes, conduzidos por ventos e redemoinhos (Virgílio Coelho. “Imagens, símbolos e representações ‘Quiandas, Quitutas, Sereias’ imaginários locais, identidades regionais e alteridades”. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo*, n. 8 (1998), pp. 179-214, *passim*).

eram responsáveis por proverem água e palha aos cavalos das tropas militares³.

Por sua vez, Nâmbios ou monâmbios são descritos como caçadores, pescadores e exímios navegadores que dominavam a geografia do rio Kwanza. Atuavam principalmente conduzindo as embarcações para entrada e saída da região da barra do Kwanza, que por ser muito sinuosa oferecia diversos obstáculos para a navegação, dessa forma, os Nâmbios eram conhecidos como os únicos capazes de guiar uma viagem segura para dentro desse território. Viviam principalmente na região da barra do Kwanza em quintallas - sobrados suspensos - por ser uma região de mangue, na qual também atuavam retirando a madeira desse mangue. Eram referenciados como vassalos dos sobas Mani Coamza, Mani Quivingi e Kamona Kasonga, estando sob a jurisdição do governador de Luanda, de administração portuguesa, e de seus respectivos governadores locais⁴.

Dessa forma, o primeiro documento que apresentamos é uma carta patente, ou seja, um documento concedido pelo Rei ou pela autoridade delegada por ele, usado

3 Ruy Duarte de Carvalho. *Ana a manda: os filhos da rede. Identidade colectiva, criatividade social e produção da diferença cultural: um caso muxiluanda*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989, p.31-34, 159-166. Em um dos documentos aparecem que essas tropas são as “companhias que guarnecem este Reino”: A partir das reformas pombalinas, durante a segunda metade do século XVIII, as tropas coloniais foram divididas em 3 grupos: a tropa regular, que recebia soldo e defendia contra invasores externos, separadas em regimentos de infantaria, companhias de artilharia e esquadrões de cavalaria; as tropas auxiliares, regimentos de milícias que faziam função de segurança interna, como combater revoltas, além de auxiliar as tropas regulares em caso de guerra; os corpos de ordenanças, formados pela população local, que faziam a segurança local do Reino de Angola. As tropas eram comandadas por um Coronel Comandante, português, que tinha auxílio de comandantes nativos para lidar com as tropas locais, os Sargentos-Mor. As tropas eram formadas por lusos, euro-africanos e naturais do Reino de Angola. Há de se lembrar igualmente de tropas africanas que guarnecia o Reino de Angola e que funcionam de outra maneira, falamos então, da “guerra preta”. A expressão faz referência a um grupo variado de pessoas, formado por escravizados dos lusos, soldados que eram cedidos pelos sobas vassalos e homens livres que viviam próximo às fortalezas portuguesas. No século XVIII, houve um processo de institucionalização da guerra preta, ainda que incompleto, por meio do reconhecimento português do cargo de tendala, de certa forma equivalente ao posto de capitão-mor. Havia também os Imbari e Ilamba, africanos que de alguma forma se envolviam com as guarnições de guerra lusa.

4 Aurora da Fonseca Ferreira. *A Kisama em Angola, do século XVI ao XX: autonomia, ocupação e resistência*. Luanda: Kilombelombe, 2012, vol. 1, p.120; Adriano Parreira. *Dicionário Glossográfico e Toponímico da documentação sobre Angola, séculos XV-XVII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990, verbete “nâmbio”.

para conceder títulos, postos militares ou outros privilégios. Nesta carta patente de 1763, o governador Antônio de Vasconcelos concede o título de governador dos “pretos Maxiluandas da Ilha de São João da Cazanga⁵ e Nambios do rio Quanza” a D. Francisco Matheus de Domingos, no lugar de Dom George Antônio, que havia falecido recentemente.

O cargo de Governador Axiluanda, ou Governador dos “pretos Maxiluanda e Nâmbios” ainda reserva consigo algumas interrogações. A partir da documentação, podemos perceber que o dito Governador possui uma autoridade de comando, e os Axiluanda devem cumprir as suas ordens. Também é mencionado que o posto carrega consigo privilégios. Contudo, ainda não temos de maneira detalhada todas as funções e obrigações do Governador com o Real Serviço. O que temos de indício está dentro da complexa rede de ligações políticas entre os portugueses e as populações africanas; na qual a nomeação para cargos, cerimônias de vassalagem, estabelecimento de alianças, prestação de serviços e tantas outras dinâmicas fazem parte, na verdade, das agências políticas e sociais de ambos os lados. O Governador Axiluanda poderia ser enquadrado como um desses intermediários, nomeados pela Coroa, para o contato e gestão do território/população que, nesse caso, seria em específico para os Axiluanda.

A segunda fonte também é uma carta patente, no mesmo ano e localidade da anterior, dessa vez nomeando “o preto Manoel Luiz Francisco no posto de sargento-mor dos Maxiluandas da Ilha de São João da Cazanga e Nambios do Rio Quanza, no lugar do preto Dom Antônio Gaspar Rodrigues”. O Sargento-mor, juntamente do Capitão-

5 É uma das ilhas do arquipélago de Luanda. Além de ser o nome da Ilha, é também como referem-se à freguesia da Igreja que ali se instala. É um espaço de festividades paroquiais, dada a influência da Igreja e seus devotos locais, e por esse motivo recebe visitantes da cidade, de outras ilhas e paróquias sendo assim um espaço de troca e vida social intensos com outras localidades pertencentes à grande Ilha de Luanda.

Mor, é um cargo do exército responsável pelo Corpo das Ordenanças e sua instrução, no sentido de fornecer treinamento militar, uma vez que o Corpo das Ordenanças era formado pela população local.

Os Axiluanda e Nâmbios eram importantes para as atividades de marinhagem e pesca ao longo da Costa e do rio Kwanza. Sua função era tão vital para a colonização portuguesa que fora preciso reconhecer sua autoridade. Podemos depreender que isso abria uma margem de ação, permitindo que Axiluandas e Nâmbios negociassem com os lusos os termos pelos quais os serviriam. Um exemplo disso é o que cita o documento de novembro de 1788, dizendo que nenhuma embarcação sairia da Barra do Bengo sem um Axiluanda para navegá-la.

Para compreender a relação de dependência que havia entre esses povos e os portugueses é interessante refletir brevemente sobre como se davam as relações de vassalagem entre africanos e invasores. O Reino do Ndongo era centralizado na figura da autoridade do ngola, no entanto, ao chegarem nessa região da Costa africana, os portugueses primeiramente se depararam com a figura do soba, ou seja, líderes locais que dominavam terras conhecidas como sobados e que deviam pagamento de tributos ao ngola. Com a conquista portuguesa, o primeiro capitão donatário, Paulo Dias Novais, dividiu esses territórios entre os beneficiados que englobavam “chefados inteiros com suas fronteiras próprias e incluíam todos os seus habitantes e respectivos bens”⁶.

Esse sistema instituído pelo primeiro capitão donatário, com o crescimento do comércio transatlântico de escravizados, acabou por alcançar um efeito contrário ao que se tinha por objetivo – de estabelecimento de colônias agrícolas – criando um modelo que

6 *Beatrix Heintze. Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre Fontes, Métodos e História. Luanda: Kilombelombe, 2007, p.251.*

enriquecia os proprietários por meio do tráfico, sem gerar renda para a Coroa. Dessa maneira, o governo em Portugal decidiu enviar o licenciado Domingos Abreu Brito para avaliar a situação social e econômica, que sugeriu a criação de um governo-geral para a colônia, estabelecido em 1591. A partir da centralização do governo do Reino do Ndongo sob controle português, a situação dos sobas foi reformulada, tornando-os vassalos do agora chamado Reino de Angola.

A vassalagem era selada em um ritual conhecido como undamento⁷, que era realizado perante um representante do rei de Portugal, garantindo o status jurídico de vassalo, que era visto pelos sobas como uma forma de proteção contra inimigos. O processo de vassalagem prosseguiu durante os séculos seguintes, inclusive durante os primeiros anos da República Portuguesa, o que “contribuiu de forma decisiva para uma vulgarização de todo o vocabulário jurídico-político de raiz feudo-vassálica” que a cercava (SANTOS, 2006, p. 89).

O caso Axiluanda, porém, não foi o de vassalagem, mas o de escravidão. Esse fato tem sua gênese nas guerras luso-holandesas, na qual essa punição imposta por Salvador Correia de Sá e Benevides, após a reconquista da Angola, foi justificada pela aliança dos Axiluanda com os Holandeses entre 1641 e 1648, os tornando escravos de Sua Majestade de Portugal, “sujeitos a trabalhos forçados” como pesca e navegação, além de terras confiscadas, “morte arregada no século seguinte” e “danação de memória”⁸.

7 Na cerimônia perpetuada pelos portugueses, undar o novo vassalo significava “deita[r] farinha (ou barro branco) sobre os ombros do chefe africano que a esfregava pelo peito e pelos braços”. Os sucessores da linhagem do soba avassalado deveriam se submeter à investidura, assim que escolhidos pelos makota, caso contrário seriam considerados rebeldes e, assim, passíveis de punição. Deste modo, de parte da cerimônia, o undamento passou a ser sinônimo da própria vassalagem (Beatrix Heintze. *Angola nos séculos XVI e XVII*, op. cit., p. 398).

8 Ariane Carvalho; Roberto Guedes. *Muxilundas: memória política, escravidão perpétua, liberdade parentesco* [Luanda, século XVIII]. Rio de Janeiro: MAUAD Editora Ltda, 2021, p. 25-66.

A escravidão Muxiluanda não era a mesma das outras, preliminarmente, pois era uma escravidão civil imposta a todo o grupo e de direito exclusivo do Rei de Portugal; sua historicidade tem um diferencial visto que ela se sedimenta e se justifica a partir da constante reelaboração e rememoração da aliança com os neerlandeses “Tal escravidão não era igual porque o que dava parâmetro para a diferenciação dos Muxiluanda como eternos escravos era a constante reelaboração, no decorrer do Setecentos, sobre a memória de sua vinculação aos holandeses no Seiscentos”⁹.

Entendemos ainda mais sobre o fenômeno da rememoração pois ela era dupla: a traição Muxiluanda e a reconquista do Reino de Angola dos holandeses. Aquela era a motivação, por assim dizer, mais direta; enquanto esta servia para que camaristas e cidadãos luandenses que auxiliaram na reconquista adquirissem privilégios. No entanto, isto não está desconexo do caso Muxiluanda já que “as lembranças da escravidão dos muxiluandas também reedificavam o teatro do poder (simbólico) português na cidade, e provavelmente no reino de Angola em seu conjunto.”¹⁰ É a partir dessas rememorações que o estatuto jurídico dos Axiluanda modificou-se para uma escravidão perpétua, uma vez que a continuidade dessa escravidão e a construção da memória coletiva dos Axiluanda associados a essa traição compõe um instrumento de prestígio social, manutenção do poder e garantida do uso dos trabalhos dos pescadores e marinheiros da Ilha de Luanda. Porém, Carvalho e Guedes fazem a importante ressalva de que “aquela modalidade de escravidão dita perpétua não era a única nem estática, e conviveu com outros estatutos aos muxiluandas que engendraram formas de compulsão variadas”¹¹.

9 *Idem*, p. 27.

10 *Idem*, p. 39.

11 *Idem*, p. 103.

Dessa forma, um assunto que perpassa a documentação estudada é a resistência dos Axiluanda a sua escravidão. Na portaria de sete de setembro de 1770, o governador Francisco Inocência de Sousa Coutinho dizia que os Axiluanda deveriam ser bem pagos e bem tratados, porque segundo ele, estavam “desertando”. Desertar significa, em um contexto militar, o ato de fugir, desistir ou abandonar uma função, patente, regimento, posto ou companhia do exército. No contexto do documento sobre os Axiluanda, desertar significa fugir, abandonar as funções de trabalho que lhes eram atribuídas. É interessante observar que se esperava dos Axiluanda, o mesmo rigor e responsabilidade dos militares¹².

Analisando essa portaria é possível perceber o que para o governador são os motivos para as deserções e o que inclinamos por considerar, a partir desse momento, como a agência Axiluanda. Objetivamente, o governador declara que “o trabalho dos Mexiluandas que continuamente empregados nas embarcações de El Rey não tem meios de ganhar com que se vestir e por esta causa desertam”; antes disso, menciona que o pagamento pelo seu trabalho não deveria “exceder o preço comum da terra”, sendo o “jornal” apenas o necessário para “manter-se e as suas famílias”. Ora, os Axiluanda constituem-se como agentes muito importantes para a administração portuguesa no Reino de Angola, eram eles que sabiam conduzir as embarcações pela Costa e os responsáveis por significativa parte da pesca. De fato, a experiência de trabalho Axiluanda era diversa e sob variados contextos dentro do serviço à Coroa. Experiências de remuneração também não eram um fato novo a esse grupo na sua condição de escravidão. Todavia, distinto, para a circunstância colonial em Angola,

12 Raphael Bluteau. *Vocabulário portuguez e latino*, 10 v. Lisboa/ Coimbra: Colégio da Cia. de Jesus, 1712-1728, verbete “desertar”.

foram as movimentações políticas de governadores, na forma de portarias e bando, que mencionavam ou eram feitas diretamente para os Axiluanda. Essas iniciativas são, de fato, muito esclarecedoras para o momento econômico de Angola, ou, na verdade, para a partir do fator econômico entender as movimentações sociais no caso. Os pescadores e marinheiros da Ilha de Luanda têm, desde o meado do século XVII, uma evidente participação na política da região, como foi o caso nas guerras luso-holandesas, ao tomarem partido dos holandeses e contrário aos portugueses; ao fim, essa ação motivou a sua condenação à escravidão. Aqui, porém, não será relevante esclarecer se aliança com os holandeses foi voluntária ou imposta pelo Reino do Congo - do qual ainda eram vassalos até 1648, mas demonstrar que eles não estavam alheios aos litígios, não eram passivos.

Portanto, “desertarem” põe outros sentidos para além de estar, com o aumento do soldo, resolvendo um mero problema econômico-administrativo. Por que esse grupo, que desde os primeiros relatos portugueses são distintamente reconhecidos pelo seu trabalho na pesca e também na navegação, desertaria? O governador tenta, primeiramente, articular que seriam pelos excedentes serviços impostos aos Muxiluanda, não conseguindo assim se dedicar à sua função característica. Certamente, essa não é uma afirmação que por si justificaria baixar uma portaria. O ato de desertar, de fugir, sabendo que sua presença e seu trabalho são essenciais aos seus colonizadores é uma das marcas da agência Axiluanda, da consciência-de-si que não nos é diretamente descrita por esse grupo, mas que se faz notar, por entre essas palavras, que implicam uma movimentação política. O que Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho e outros futuros governadores de Angola fazem ao se inclinar para a questão Axiluanda é reconhecer, mesmo que não queiram, a dependência do estado de seu trabalho; de

que os Axiluanda já estavam tensionando, pelas suas próprias ações relacionadas ao trabalho, a percepção e as condições impostas pela escravidão perpétua rememorada. O último documento de 21 de março de 1839 é relevante pois mostra como a escravidão perpétua dos Axiluanda continuou ao longo do tempo¹³. Na fonte, os Axiluanda aparecem como “vexados” (castigados) por serem obrigados a trabalhar para a administração colonial. É um indício de que novas pesquisas sobre o tema podem surgir, vinculadas ao século XIX a as formas pelas quais os Axiluanda continuaram sendo alvo de discriminação e do trabalho forçado.

¹³ A escravidão continuou após a abolição do tráfico de escravizados e a memória social guardou 1910 como o ano do seu fim.

Transcrições



1763,06,03

Carta patente de Antônio de Vasconcelos, governador do reino de Angola, nomeando D. Francisco Matheus de Domingos no posto de governador dos pretos Maxiluandas da Ilha de São João da Cazanga e Nambios do rio Quanza, no lugar do preto D. George Antônio.

Local: Luanda 02pp BR RJHGB 126 PADAB DVD 03,16 DSC000361

[fl.1]

Antonio de Vasconcellos Faço saber aos que esta mesma carta patente virem que por estar vago o posto de governador dos pretos Maxiluandas da Ilha de São João da Cazanga e Nambios do Rio Quanza por falecimento do preto Dom Jor George Antonio [corroído] Pessoa idônea [corroído] [corroídas ± 3 linhas].

Maxiluandas e Nambios E tudo respeito a boa informação que me foi dada ao Preto D. Francisco Matheus de Domingos natural do Citio do Musulo da jurisdição da [Freguesia] da dita Ilha de São João da Cazanga filho do preto Matheus de Domingos e da Preta Maria Adam concorrerem nele os requisitos necessários para o exercitar. Hey por bem de prover como por esta faço no dito posto de Governador dos Maxiluandas da dita Ilha de São João da Cazanga e Nambios do Rio Quanza enquanto eu o escrever por bem e Sua Majestade nem mandar o contrário e com ele gozará de Jurisdição privilégios e franquezas que em razão do dito posto lhe tocarem as qual por esta Hey permitido de posse dele tomando por o juramento na forma costumada de que se fará acento nas costas de tal Carta Patente. Pelo que mando a todos os referidos Maxiluandas e Nambios conexão ao dito D. Francisco Matheus de Domingo

1763,07,06

Carta patente de Antônio de Vasconcelos, governador do reino de Angola, nomeando o preto Manoel Luiz Francisco no posto de sargento-mor dos Maxiluandas da Ilha de São João da Cazanga e Nambios do Rio Quanza, no lugar do preto D. Antônio Gaspar Rodrigues.

Local: Luanda 02pp BR RJHGB 126 PADAB DVD 09,16 DSC000366

[fl.1]

Antonio de vas [Conselos] faco saber aos que esta
Carta Patente virem que por Ser necessario proverse o posto de
Sargento mor dos Maxiluandas da Ilha de Sam Joam da Ca-
zanga e Nambios do Rio Quanza [ilegível] por falecimento do
preto Dom Antonio Gaspar Rodrigues que exercia em pes
soa Com as partes nescearias para bem exercitar e aten
dendo o Concorrem estas em Manoel Luis Francisco homem
preto natural da dita Ilha de San Joam da Cazanga filho de
Luis Francisco e da Andreza de Manoel por dele fazer
eleicao para o dito posto e povo da Ilha para todas obri
gacoens do Real Servico e [mais] Conforme a Confiança que
faco da sua pessoa Hey por bem do prover Como por esta
o faco ao dito Preto Manoel Luiz Francisco no dito posto
de Sargento Mor dos pretos Maxiluandas da Ilha
de Sam Joao da Cazanga e Nambios do Rio Quanza
por enquanto eu houver por bem e Sua Majestade

[fl.1v]

[corroído ± 5 linhas]

se fara [assento nas costas da carta partente]. Pelo
[ilegível] ao [governador dos ditos Maxiluandas]
e Nambios do Rio Quanza [ilegível] ao dito Manoel
Luis Francisco por sargento mor e com esta o [ilegível]
[ilegível] Povo em tudo [lheobedecer]
e por ordem se [ilegível] da parte do seu governa-

1770,01,01

Portaria de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão general do reino de Angola, ordenando ao provedor da fazenda real que mandasse Manoel Francisco da Silva providenciar um socorro aos muxilundas que conduziam palha e água para os cavalos da tropa.

Local: Luanda 01p BR RJHGB 126 PADAB DVD3,19 DSC00049

[fl.1]

*Portaria para o Feytor aSistir com o Socorro
aos Mixiluandas que conduzem Palha e Agoa
para os Cavalos da Tropa*

Doutor Provedor da fazenda real mande ao novo

*Depozitario da mesma Manuel Francisco da Silva assista com o Socorro
aos Mixiluanda que conduzem Palha e Agoa para os Cavalos das duas*

*Companhias que goarnece este Reyno e com as clarezas e Recibos necessarios
Se-*

*lhe levará em conta esta despesa nas que der de Seu recebimento São Paulo
de Assumpção ao 1º de Janeyro de 1770 Com a Rubrica de sua Excelencia*

1770,01,01

Portaria de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão general do reino de Angola, ordenando que o feitor, assistisse aos muxilundas no serviço do palácio como o socorro costumado.

Local: Luanda 02pp BR RJHGB 126 PADAB DVD3,19 DSC00050

[fl. 1]

*Portaria para o Feytor asistir com o socorro costumado
aos Mixiluandas do serviço do Palacio*

O Doutor Provedor da fazenda real mande ao nosso depositário

[fl.1v]

[corroído ± 8 linhas]

e com as clarezas e Recibos necessarios [Selhe-

*vará] em [conta] esta despesa nas que der de Seu Recebimento São Paulo
de Assuncao ao 1º de Janeiro de 1770 Com a Rubrica de sua Excelencia*

1770,09,04

Portaria de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão general do reino de Angola, que ordenava que se assentasse o soldo dos muxilundas que andassem embarcados em serviço real.

Local: Luanda 02pp BR RJHGB 126 PADAB DVD3,19 DSC00192

[fl.1]

*Portaria para para se acrescentar o soldo
ao Mexiluandas que andarem embarca-
dos*

*Havendo sua majestade ordenado que os negros trabalhadores do
seu Real serviço tivessem o competente jornal de cujo suor podessem ali
manter-se e as suas familias sem contudo fazer que os jornaes excedao
o presso comum da terra e sendo entre todos particular o trabalho dos Me-
xiluandas que continuamente empregados nas embarcações de ElRey
nao tem meios de ganhar com que se vestir e por esta causa dezer-
tam e tem a sua habitação da Ilha no estado de em poucos annos
nao fornecer os necessarios Marinheiros com muito maior prejuízo*

[fl.1V]

[corroído ± 7 linhas]

a ditas maiores [distâncias]

-gencia de tal brevidade e segredo

Lista Rubricada por mim e os [Mestres] de [ilegível]

com guia entrar com ella na Provedoria para evitar [ilegível]

e separarao as ordens necessarias a este Respeito para o Benguela [ilegível]

Sao Paulo de Assumsao a 7 de setembro de 1770 Rubrica de sua excelencia

[1770]

Portaria de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão general do reino de Angola, que tratava do assento em um livro de matrícula de negros forros e muxilundas.

Local: Luanda 02pp BR RJHGB 126 PADAB DVD9,19 DSC00199

[fl. 1]

Portaria para [ilegível]

hum livro para matrículas [ilegível]

Mexiluandas e Negros forros

Tendo ordenado pela Portaria de 7 do corrente que os Mexiluandas

Empregados nas embarcações de El Rey, vencessem jornal competente, com que pu-

dessem vestir-se e servir com gosto, é consequente desta disposição que a Terra seja

livre da cruel vexação que lhe fazem os oficiais das Tropas, e o Patrão Mor todas as vezes que por força de alguma ordem são obrigados a ir ao Mar da mesma ma-

neira é consequente livrar os officas das Tropas da indecência e do perigo com que

vão aos Navios em uma miserável canoa. Estabeleço que constituído pelo Doutor Provedor da Fazenda Real o sobredito jornal, mande dar ao capitão das obras João Garcez

de Souza um livro, em que tenha na Ribeira matriculados todos os Mexiluandas, e todos os Negros forros marinhheiros, que voluntariamente quisessem servir a mesma Ribeira,

para que pela mesma matrícula possam servir com regularidade, e com Justiça, e serem sem-

pre prontos a todas as diligencias do Real Serviço: E porque diária, e sucessivamente

estão ocorrendo diligencias no Mar [?corroído] pelo Patrão Mor, seja pelos

oficiais das

Tropas; mandara o mesmo doutor provedor da Fazenda Real que na Ribeira esteja sempre de

Noite, e de dia um catraio pronto com quatro dos referidos marinheiros para tudo quanto

for do Serviço Real, pois além de ser indecente, e injusto, que os moradores estejam sofrendo

[fl.1v]

[ilegível]

1771,01,01

Portaria de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão general do reino de Angola, ordenando que Manoel Francisco da Silva, tesoureiro do erário, satisfizesse com o socorro cabido aos muxiluandas que conduziram palha e água para os cavalos das companhias da capital.

Local: Luanda 01p BR RJHGB 126 PADAB DVD9,19 DSC00288

[fl. 1]

Portaria para o tesoureiro assistir com o socorro dos Maxiluandas que conduzem palha, e água para os cavalos

O Doutor Provedor da Fazenda Real mande ao Tesoureiro do Regio Erario Manoel Francisco da Silva assista com o socorro aos Muxiluandas que conduzem palha e água para os cavalos das [corroído] Companhias desta Capital

e com as clarezas e recibos necessários se lhe levará em conta esta despesa nas que der do seu recebimento. São Paulo de Assunção 1º de janeiro de 1771 com a rubrica de sua excelencia.

1771,01,01

Portaria de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão general do reino de Angola, ordenando que Manoel Francisco da Silva, tesoureiro do erário régio, assistisse aos muxiluandas de serviço no palácio.

Local: Luanda 02pp BR RJHGB 126 PADAB DVD9,19 DSC00289

[fl. 144v]

*Portaria para o tesoureiro assistir com o socorro costumado
aos Muxiluandas do serviço do Palácio*

O doutor provedor da Fazenda Real manda ao Tesoureiro do Erario Regio

[fl. 145]

*Manoel Francisco da Silva assista com o socorro dos Muxiluandas
do serviço deste Palácio, assim determinada, e com as clarezas e
recibos necessários se lhe levará em conta esta despesa no que der de
seu recebimento. São Paulo de Assunção, o 1º de janeiro de 1771, com a rubrica
de
Sua Excelencia*

Notas

1788,11,12

Carta do barão de Moçâmedes, José de Almeida e Vasconcelos Soveral Carvalho e Albergaria, governador do reino de Angola, para José Ferreira da Silva, capitão e cabo da barra do Bengo, ordenando que não deixasse sair da barra do Bengo nenhuma embarcação de mantimentos sem estarem acompanhadas de um muxiluanda.

Local: Angola 01p RJIHGB 126 PADAB DVD10,21 DSC00172

[fl.1]

*Carta de Sua Excelência para o capitão e cabo da Barra
do Bengo José Ferreira da Silva, sobre serem todas as
Embarçaçoins, que sairem da dita Barra virem
acompanhadas de um Muxiluanda*

*Havendo muitos lavradores desse Bengo pretendido [medir] as inegaveis
utilidades que ao Publico provém do estabelecimento do Terreiro Publico
não dando acostumada Entrada aos Mantimentos que conduzem em suas
Embarçaçoins preferindo a Real e Publica utilidade a Sua fantastica, e
particular. E pretendendo Eu servir-me por ora dos meios mais doces para
coarctar este indiscreto abuzo: Ordeno a Vossa Mercê, que daqui a diante não
deixe sair dessa barra Embarcação [alguma] de mantimentos sem ser
acompanhada de um Muxiluanda, dos do Serviço da mesma, o qual pre-
sencie a entrega de Mantimento no dito Terreiro, onde deve ser pago no mes-
mo genero, por conta do Dono do Mantimento. Deus guarde a Vossa Mercê
Quartel*

General de Angola 12 de Novembro de 1788 = Barão de Mossâmedes =

1839,03,21

Portaria do Ministério da Marinha e Ultramar informando que D. Maria II havia mandado que o Governador Geral de Angola informasse o seu parecer sobre a origem dos serviços dos Muxiluandas, sua necessidade e continuidade, bem como observar se a liberdade da pesca está em execução.

Local: Reino de Angola/Luanda/Lisboa 02pp BR RJHGB 126 PADAB DVD16,62 DSC00132

[fl. 21]

Março 21 de 1839 =

Portaria do Ministério da

Marinha e Ultramar

Constando a Sua Majestade a Rainha, que os habitantes das Ilhas adjacentes a Cidade de São Paulo de Luanda, chamados = Muxiluandas, são vexados com alguns serviços pessoais para o Estado, como conduzir agoa e capim para as Guarnições, remar em Embarcaçoens destinadas a pesca, e outros, que pela maneira que são feitos constituem os mesmos Mixoluandas em uma condição excepcional, que os exclui de gozo dos Direitos que competem a todos os subditos portugueses, entre os quais aqueles se compreendem como quaisquer outros; Manda a mesma Augusta Senhora, pela Secretaria d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar que o Governador Geral da Provincia de Angola, informa com o seu parecer sobre a origem dos referidos serviços pessoais dos Mixoloandas, necessidade da continuação deles, se o houver, meios de os

Glossário

Maxiluandas

Maxiluanda é um dos muitos etnônimos utilizados para nomear os habitantes da Ilha de Luanda, localizada em Angola. Ao longo de sua colonização por parte dos portugueses, foram atribuídos à diferentes nomenclaturas, como: Mixiluandas, Mexiluandas, Maxiluandas, Muxiluandas; porém de acordo com o dicionário Kimbundu, que é a língua africana falada na região de Luanda, a forma mais correta de referir-se a tal etnônimo no plural seria Axiluanda, e no singular ficaria Muxiluanda.

Os povos Axiluanda são conhecidos por sua ligação sobrenatural com o mar e com as Kyandas, além de desenvolverem seu trabalho ao entorno do mesmo, sendo conhecidos como grandes pescadores, mercadores, marinheiros, condutores de canoas além de diversas outras atividades que desempenhavam por toda Ilha de Luanda. Sua tradição oral é de demasiada força, sobrevivendo mesmo visto a todo o descaso e desserviço ao qual os colonizadores portugueses tinham com sua identidade cultural e religiosa, ao misturar seus nomes e tentarem aos poucos apagar suas culturas e tradições por meio de sua colonização.

Muito importante também destacar a escravidão compulsória imposta a eles a partir do século XVII, justificada pelos colonizadores portugueses ser devida ao auxílio desses trabalhadores aos holandeses na invasão do Reino de Angola, ocorrida entre 1641-1648; em outras palavras, eles deveriam fazer o mesmo trabalho que eles já realizavam anteriormente, mas agora sem pagamento ou mediante um “pagamento simbólico”. No geral, é muito importante o estudo aprofundado dos povos Axiluanda e a compreensão do processo de apagamento de sua identidade histórica promovido pela colonização portuguesa.

Nambios

Os Nâmbios ou monâmbios são descritos como caçadores, pescadores e exímios navegadores que dominavam a geografia do rio Kwanza. Atuavam principalmente conduzindo as embarcações para entrada e saída da região da barra do Kwanza, que por ser muito sinuosa oferecia diversos obstáculos para a navegação e eram conhecidos como os únicos capazes de guiar uma viagem segura para dentro do território. Os Nâmbios viviam principalmente na região da barra do Kwanza em quintallas - são como sobrados suspensos - por ser uma região de mangue, na qual também atuavam retirando a madeira de mangue. Eram

referenciados como vassalos dos sobas Mani Coamza, Mani Quivingi e Kamona Kasonga, estando sob a jurisdição do governador de Luanda, de administração portuguesa, e de seus respectivos governadores locais. De forma que, por serem essenciais para o deslocamento de pessoas e mercadorias, tanto para o comércio local quanto para o externo, eram participativos em movimentos de resistência ou conflitos entre sobas da região.

Carta patente

Documento concedido pelo Rei ou pela autoridade delegada por ele, usado para conceder títulos, postos militares ou outros privilégios. Por exemplo, na documentação consultada, o governador Antônio de Vasconcelos concede carta patente ao recém eleito governador dos Axilunda, D. Francisco Matheus de Domingos.

Ilha de São João da Cazanga

A Ilha de São João de Kazanga é uma das ilhas do arquipélago de Luanda. Além de ser o nome da Ilha, é também como referem-se à freguesia da Igreja que ali se instala. Possui clima ameno, fresco, com influência do sol menos significativa que em outras partes. É um espaço de festividades paroquiais, dada a influência da Igreja e seus devotos locais, e por esse motivo recebe visitantes da cidade, de outras ilhas e paróquias sendo assim um espaço de troca e vida social intensos com outras localidades pertencentes à grande Ilha de Luanda.

Musulo

Musulo é uma região costeira do Kongo que fica situada entre os rios Dande e Logi, ao norte de Luanda; Musulu também são pescadores de São João da Barra da Corimba que fica na fronteira da Ilha de Cazanga, e seria uma ilha pertencente da província de Luanda. Somente durante o período de maré baixa é que essa ilha se torna uma península ligada ao continente. Na maior parte do ano, o continente e a ilha ficam separados pelo mar.

Rio Kwanza

Também chamado de Rio Quanza, Cuanza. Considerado o principal rio que forma a bacia hidrográfica da atual Angola, foi fundamental para a comunicação entre a Costa e o interior do território durante o período da presença portuguesa na região. Ao longo do rio, foram construídas algumas das principais fortalezas (presídios) portuguesas.

São Paulo de Assunção de Luanda

Atualmente conhecida simplesmente como Luanda, a capital da República de Angola foi fundada como vila, em 1576, e elevada a cidade em 1605. Tornou-se o principal porto de exportação de escravizados para o Brasil durante o domínio português, além de ponto estratégico na Costa para o avanço da colonização para o interior de Angola

Reino de Angola

Não corresponde ao recorte geográfico atual do país Angola. Chamado pelos portugueses de “o Reino de Angola e suas conquistas”, “conquista de Angola” ou apenas “Angola”, era o território dominado pelos portugueses ao Norte do rio Kwanza e ao Sul do rio Dande. Parte do Reino de Angola era conhecida originalmente como Reino do Ndongo, recebeu o nome de Angola pela colonização portuguesa, por conta do título dado aos seus governantes: ngola.

Governador Axiluanda

O cargo de Governador Axiluanda, ou Governador dos povos Maxiluanda e Nâmbios ainda reserva consigo algumas interrogações. A partir da documentação, podemos perceber que o dito Governador ordena os Axiluanda e eles devem cumprir as suas ordens. Também é mencionado que o posto carrega consigo privilégios. Contudo, ainda não temos de maneira detalhada todas as funções e obrigações do Governador com o Real Serviço. O que temos de indício está dentro da complexa rede de ligações políticas entre os portugueses e as populações africanas; na qual a nomeação para cargos, cerimônias de vassalagem, estabelecimento de alianças, prestação de serviços e tantas outras dinâmicas fazem parte, na verdade, das agências políticas e sociais de ambos os lados. O Governador Axiluanda poderia ser enquadrado como um desses intermediários, nomeados pela Coroa, para o contato

e gestão do território/população que, nesse caso, seria em específico para os Axiluanda, um grupo que já era tratado de maneira distinta e recebe, por isso, um enfoque e um cargo para a sua coordenação.

Sinal/sinete grande de minhas armas

O Sinal ou Sinete era o selo com o qual se selavam as cartas, no qual o símbolo de nobreza daquele que escrevia estava representado. O tamanho do Sinete variava de acordo com a importância daquele que a enviava, em relação a quem recebia, nesse caso, o sinal grande representava que o cargo do Governador de Angola era subserviente ao Rei de Portugal.

Antonio de Vasconcelos (governador de Angola)

Antônio de Vasconcelos foi um administrador das colônias portuguesas que ocupou o cargo de Governador da Capitania-Geral do Reino de Angola de 1758 a 1764.

Companhias que guarnecem este Reino”

O termo faz referências às tropas do exército em Angola que, em geral eram compostos da Tropa Regular, o grupo principal composto de infantaria e cavalaria; da Tropa Auxiliar que exercia a função de segurança interna do território quando a Tropa Regular estava mobilizada para guerra; do Corpo das Ordenanças, para a segurança local. Há de se lembrar igualmente de tropas africanas que guarneciam o Reino de Angola e que funcionam de outra maneira, falamos então, da “guerra preta”. A expressão

faz referência a um grupo variado de pessoas, formado por escravizados dos lusos, soldados que eram cedidos pelos sobas vassalos e homens livres que viviam próximo às fortalezas portuguesas. No século XVIII, houve um processo de institucionalização da guerra preta, ainda que incompleto, por meio do reconhecimento português do cargo de tendala, de certa forma equivalente ao posto de capitão-mor. Havia também os Imbari e Ilamba, africanos que de alguma forma se envolviam com as guarnições de guerra lusa.

Feitor da Fazenda Real

Os feitores foram os primeiros administradores das feitorias (armazéns fortificados de que se valeram os portugueses no desenvolvimento das suas atividades comerciais) no início do estabelecimento da presença portuguesa nos territórios ultramar da costa africana e da costa brasileira. Eles eram instruídos a guardar as terras, garantir a transição da posse delas e fiscalizar a entrada e saída de navios dos portos, bem como seus carregamentos. Além disso, também eram os responsáveis locais pela arrecadação dos impostos e cobrança de dízimos.

Provedor da Fazenda Real

O provedor da fazenda real era um dos cargos da administração portuguesa criados na medida em que houve uma maior centralização e ordenação dos territórios no ultramar. Visando um maior controle sobre as suas colônias, o provedor seria a figura de responsabilidade econômica de cada

capitania, responsáveis pela compra e distribuição dos bens públicos, fiscalização dos arrendamentos de terras, do recolhimento e da prestação de contas dos impostos e da averiguação dos armamentos da capitania. Adicionalmente, os provedores também detinham o cargo de juiz nos casos que competiam à sonegação de imposto e liberação de determinadas mercadorias no porto.

Fazenda Real

A Fazenda Real, ou a Real Fazenda do Reino de Angola era o órgão de controle das políticas econômicas, das contas públicas, arrecadação de impostos e demais receitas e despesas do reino, devendo prestar contas à Casa dos Contos do Reino e Casa, o órgão central da administração portuguesa dos seus territórios no ultramar. Após 1761, a Fazenda Real do Reino de Angola integrou-se à Contadoria da África Ocidental, Maranhão e Baía, que, por sua vez, fazia parte do Erário Régio, a nova instituição administrativa e fiscal portuguesa.

Barra do Bengo

A região do Bengo era limitada, ao norte, pelo rio Bengo, e ao sul, pelo rio Kwanza. Região principal da presença portuguesa em Angola, é onde foi fundada a cidade de Luanda. Barra do Bengo refere-se, mais especificamente, a região da foz do rio Bengo, área em que se praticavam agropecuária, fruticultura e trato de palmeiras, gerando produtos que saíam em embarcações para Luanda.

Terreiro Público

Uma instituição reguladora de abastecimento e distribuição de produtos fundamentais (como cereais e feijão e posteriormente água) para a cidade de Luanda e para os navios negreiros, além de realizar uma tabela de preços na cidade que auxiliou na estabilização da economia. Este também se envolvia em disputas de poder com a Câmara Municipal (que o ajudou na sua criação e era um intermediário entre o Terreiro e o Governo) e com o Governo (que o detém - alterando seu domínio de acordo com cada governo).

Coarctar

Refere-se, principalmente, aos termos “apertar”, “estreito” e o sentido de algo breve. Ademais, possui também significado de “limites”, “arbítrio”, “jurisdição” e “capacidade” - se relacionado com frequência há algum contexto jurídico.

Barão de Moçâmedes

Manuel Almeida de Vasconcelos e Soveral, filho de José de Almeida e Vasconcelos e de Maria do Carmo de Sousa e Portugal, primeiros barão e baronesa de Moçâmedes, foi um administrador das colônias portuguesas que ocupou o cargo de Governador da Capitania-Geral do Reino de Angola de 1790 a 1797.

Ministério da Marinha e Ultramar

Órgão que sucedeu o Conselho Ultramarino. A Secretaria do Estado de Negócios da Marinha e Ultramar, também chamada de Secretaria do

Estado de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos ou Secretaria do Estado de Negócios da Marinha e Conquistas, foi um órgão do Reino de Portugal criado em 1736. O órgão fazia parte das políticas mais centralizadoras da Coroa para o início do século XVIII, sendo esta a secretaria responsável pela administração das instalações da marinha e seus navios e dos demais postos militares. O órgão também era responsável pela importante nomeação de vice-reis, governadores e capitães-generais nas colônias de Portugal.

Vexados

vexação é a perseguição, os maus-tratos ou a punição que se dá a uma pessoa. Vexado seria aquele perseguido, destinado a sofrer as vexações, ou seja, os trabalhos punitivos definidos por seus perseguidores.

Trabalhos dos Axiluanda/ Real Serviço (executado pelos Axiluanda)

Os trabalhos principais se dividiam por gênero, sendo estes: o trabalho de pesca da fauna marítima como recurso alimentício feito pelos homens e a pesca de Zimbo - búzios pequenos que correspondem ao que hoje conhecemos como moedas – praticada pelas mulheres. Durante a colonização portuguesa, os Axiluanda foram submetidos a uma “escravidão perpétua”. A Escravidão Perpétua foi uma condenação dada, pelos portugueses, aos Muxiluandas. Essa punição - após a reconquista da Angola - foi uma consequência da

aliança desse povo com os Holandeses entre 1641 e 1648, tornando esses escravos eternos do rei português, “sujeitos a trabalhos forçados” como pesca e navegação, além de terras confiscadas, “morte arregada no século seguinte” e “danação de memória”.

Paço das Necessidades

Palácio situado em Lisboa, capital portuguesa, foi construído no terreno do antigo Convento da Congregação do Oratório, e em 1833, tornou-se a Residência Real de D. Maria II, rainha de Portugal. Durante décadas foi a sede de poder do governo português, com um intervalo entre os anos de 1861 e 1889. Após a proclamação da República em Portugal, no ano de 1910, o Paço das Necessidades foi abandonado até 1950, quando o Ministério dos Negócios Estrangeiros se instalou no local.

Sá da Bandeira

Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, primeiro barão, visconde e marquês de Sá da Bandeira, foi, em 5 oportunidades, presidente do Conselho de Ministros do Reino de Portugal (cargo equivalente a Primeiro-Ministro). Participante da guerra que viu D. Pedro assumir o comando do país, foi um político liberal e reformista, membro do partido setembrista, que tomou o poder após a Revolução de Setembro, em 1836. A partir daí tornou-se, pela primeira vez, Presidente do Conselho de Ministros, além de ter ocupado outros importantes cargos nos reinos de Dona Maria II e D. Pedro V.

Sargento-mor

O Sargento-mor, juntamente do Capitão-Mor é um cargo do exército responsável pelo Corpo das Ordenanças e sua instrução, no sentido de fornecer treinamento militar, uma vez que o Corpo das Ordenanças era formado pela população local.

Soldo

Derivado da palavra “Solidus” (termo em latim que remete a ideia de algo inteiro), era uma moeda inteiramente de ouro se diferenciando das demais que possuíam ouro parcialmente na sua composição. No contexto da documentação trabalhada, soldo significa remuneração.

Jornal

Era o pagamento por um trabalho diário; a remuneração por uma jornada de trabalho.

Desertar

Desertar significa, em um contexto militar, o ato de fugir, desistir ou abandonar uma função, patente, regimento, posto ou companhia do exército. No contexto do documento sobre os Axiluanda, desertar significa fugir, abandonar as funções de trabalho que lhes eram atribuídas. É interessante observar que se esperava dos Axiluanda, o mesmo rigor e responsabilidade dos militares.

O Reino de Benguela, localizado ao sul do N'dongo (posteriormente, Reino de Angola), desde 1612 foi declarado independente com governador próprio. É uma região que começou a atrair a atenção dos portugueses após a reconquista desses territórios em 1648, pela riqueza do solo em cobre. No entanto, a qualidade ruim do cobre e as dificuldades que o clima e terreno pantanoso impunham aos colonizadores mudou a perspectiva que Portugal tinha sobre a região, tornando-a uma grande exportadora de escravizados durante o tráfico transatlântico.

Em 1648, Benguela passou a ser governada por um capitão-mor indicado pelo governador de Angola. Somente em 1779 governadores voltaram a ser nomeados. Há de ressaltar que não eram reinos apartados - Angola e Benguela -, pelo contrário, as relações comerciais e políticas entre esses reinos se tornaram ainda mais fortes ao longo do tempo.

Pode referir-se a uma pequena embarcação a remo ou vela, usada para transporte de passageiros ou pesca.

sequência didática



“Vozes na Documentação: Os Axiluanda e a História Colonial de Angola”

Público-alvo: Estudantes do Ensino Médio (1ª a 3ª séries) ou início do Ensino Superior (História, Ciências Sociais).

Duração estimada: 4 a 5 aulas de 50 minutos (ou um módulo de 3 horas).

Tema central: O uso de documentos oficiais para compreender a agência histórica de povos subalternizados e as complexas relações de trabalho, aliança e resistência no contexto da colonização portuguesa em Angola.

Objetivos de Aprendizagem:

Ao final da sequência, os estudantes serão capazes de:

1. Analisar criticamente documentos históricos de natureza oficial (cartas patentes, portarias), identificando seus limites e potencialidades.
2. Compreender o conceito de “agência histórica” aplicado a grupos subalternizados, identificando ações de resistência e negociação.
3. Diferenciar as condições históricas dos povos Axiluanda (escravidão perpétua por traição) e Nâmbio (vassalagem).
4. Identificar a dependência portuguesa em relação ao conhecimento e trabalho especializado das populações africanas locais.
5. Produzir um texto ou apresentação que reconstitua as experiências históricas a partir da leitura contrapelo das fontes.

Competências e Habilidades (BNCC - Ensino Médio):

- ◆ (EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diferentes linguagens, com vistas à compreensão de ideias, valores e processos históricos.
- ◆ (EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais.
- ◆ (EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afro-brasileiras (incluindo os africanos e seus descendentes) no escopo de suas lutas por direitos e reconhecimento.

Recursos Necessários:

- ◆ Cópias impressas das transcrições selecionadas.
- ◆ Mapas de Angola e da Costa Africana.
- ◆ Projetor (para a contextualização inicial).
- ◆ Quadro branco e marcadores.



Estrutura da Sequência Didática

Aula 1: Apresentação e Contextualização (50 min)

1. **Problematização Inicial** (10 min): Inicie com uma pergunta provocadora: “Como podemos conhecer a história de um povo que, durante séculos, foi proibido de escrever a sua própria versão dos fatos?” Levante hipóteses com os alunos sobre as fontes possíveis (arqueologia, cultura oral, arte, documentos de quem os dominava).
2. **Contextualização** (20 min): Apresente o cenário geral.
 - ◆ Localização do Reino de Angola e da Ilha de Luanda no mapa.
 - ◆ Explique brevemente o sistema colonial português (governadores,

sobas, vassalagem).

- ◆ Foco central: Introduza os Axiluanda e os Nâmbio como descritos no texto (pescadores, marinheiros, navegadores do rio Kwanza). Destaque a ambiguidade: são vistos como “vassalos” ou “escravos”? Como podem ser “escravos perpétuos” e ao mesmo tempo ter um “governador” nomeado?

3. **Introdução à Metodologia** (20 min):

- ◆ o Apresente o conceito de “leitura a contrapelo” (ou ler nas entrelinhas), citando o próprio texto do anexo.
- ◆ o Explique que um documento oficial, feito pelo colonizador para controlar, também pode revelar o que ele tentava controlar: a resistência, a importância e a agência dos povos dominados.
- ◆ o Distribua e leia em conjunto o primeiro parágrafo do Resumo e o último parágrafo da seção que descreve a portaria de 1770 (o trecho que começa com “O ato de desertar...”). Isso já prepara o olhar crítico.

Aula 2: Mapeando as Fontes e Decifrando a Linguagem (50 min)

Nesta aula, o foco é o manuseio direto das transcrições.

1. **Trabalho em Grupo** (30 min): Divida a turma em 4-5 grupos. Cada grupo receberá uma transcrição diferente (ou um par de documentos correlatos) e um roteiro de perguntas.
 - ◆ Grupo 1: Carta Patente de 1763 (Governador) + Carta Patente de 1763 (Sargento-mor).
 - ◆ Grupo 2: Portaria de 1770 (sobre deserção e soldo dos Muxiluandas embarcados).
 - ◆ Grupo 3: Carta de 1788 (Barão de Moçâmedes sobre a necessidade de um Muxiluanda na barra).
 - ◆ Grupo 4: Portaria de 1839 (Ministério da Marinha e Ultramar, questionando a “vexação”).
 - ◆ Grupo 5 (avançado): Documentos de 1770, 1771 (pagamento por palha e água).

Roteiro para análise dos grupos:

- ◆ Quem escreveu o documento e para quem ele foi escrito? (Identificar autoridades e destinatários).
- ◆ Qual é o assunto principal? (O que a autoridade está ordenando ou concedendo?).
- ◆ Que informação indireta esse documento revela sobre os Axiluanda ou Nâmbio? (Ex: “Se o governador reclama que eles desertam, significa que eles estão fugindo. Por quê?”).
- ◆ Como os portugueses descrevem esses povos? E como eles mesmos, nas entrelinhas, demonstram seu poder ou importância? (Ex: “são os únicos capazes de guiar...”, “não deixe sair nenhuma embarcação sem um...”).

2. **Socialização Rápida** (20 min): Cada grupo apresenta suas conclusões principais para a turma, focando na “informação indireta” que descobriu.

Aula 3: Aprofundando Conceitos e Conflitos (50 min)

Agora, com os documentos “na mão”, o professor sistematiza e aprofunda o debate.

1. **Sistematização de Conceitos** (20 min):
 - ◆ Retome os conceitos de vassalagem (dos Nâmbio e sobas) e escravidão perpétua (dos Axiluanda). Use um quadro comparativo na lousa.
 - ◆ Explique a origem da escravidão Axiluanda (aliança com holandeses em 1641-1648) e o conceito de “rememoração” como justificativa para mantê-la.
 - ◆ Destaque a dependência portuguesa demonstrada nos documentos: precisam dos Axiluanda para navegar (doc. 1788), pescar e até para dar água e palha aos cavalos (doc. 1770-1771).

2. Debate Guiado: Agência e Resistência (30 min):

- ◆ Foque no documento de 1770 sobre a “deserção”. Pergunte: “O que significa ‘desertar’ para um escravo do rei? É apenas uma fuga ou é uma forma de greve? É uma ação política?”
- ◆ Relacione com a portaria de 1839: “Após quase 70 anos do documento sobre a deserção, o governo português ainda pergunta sobre a ‘necessidade’ desses serviços e sobre a ‘vexação’. O que mudou? O que permaneceu?” (Contexto: abolição do tráfico, pressão inglesa, mas manutenção da lógica colonial).
- ◆ Conclua que a “agência” Axiluanda se manifesta na capacidade de, ao desertar, forçar o governo português a negociar e a reconhecer publicamente (através de portarias) sua própria dependência.

Aula 4: Síntese e Produção Final (50 min + tarefa extraclasse)**1. Atividade de Síntese:** Do Documento à História (30 min):

- ◆ Proponha um exercício: “Imagine que você é um pesquisador que encontrou apenas os 4 grupos de documentos que analisamos. Escreva um pequeno parágrafo (3-5 linhas) para um verbete de dicionário histórico sobre os Axiluanda, usando APENAS as evidências dos documentos.”
- ◆ Exemplo de início: “Os Axiluanda, habitantes da Ilha de Luanda, eram considerados pelas autoridades portuguesas do século XVIII como...”
- ◆ Os alunos leem seus parágrafos. O professor aponta como diferentes evidências geram diferentes ênfases (trabalho forçado, habilidade na navegação, resistência).

2. Proposta de Produção Final (20 min + extraclasse): (Pode ser individual ou em dupla)

- ◆ Opção A (Texto): Escrever uma Carta de Reivindicação fictícia, mas baseada nos documentos, que um líder Axiluanda enviaria ao governador de Angola em 1790. A carta deve mencionar a especialidade

do seu povo, a injustiça da escravidão perpétua e uma proposta de negociação (ex: “Garantimos a navegação do Kwanza se formos pagos como os homens livres”).

- ◆ Opção B (Encenação): Preparar uma breve encenação (2-3 minutos) para a próxima aula, baseada em uma situação extraída de um dos documentos (ex: a ordem do Barão de Moçâmedes; a negociação salarial após uma “deserção”; o ritual de vassalagem de um soba Nâmbio).
- ◆ Opção C (Análise de Imagem - se possível): Pesquisar imagens da Ilha de Luanda, do rio Kwanza ou da arte sobre as Kyandas (citadas na nota 2) e produzir uma legenda histórica explicando como a imagem se relaciona com o conteúdo dos documentos analisados.

Aula 5 (Opcional): Apresentação e Avaliação Final

1. Os alunos apresentam suas produções (cartas, encenações ou análises de imagem).
2. **Avaliação formativa:** considera-se a participação nos debates, a qualidade da análise documental nos grupos e a criatividade/consistência histórica da produção final.
3. **Encerramento:** Retomar a pergunta inicial da Aula 1. Os alunos devem ser capazes de responder, com base nos documentos, que é possível sim ouvir as “vozes” dos Axiluanda nos silêncios, nas fugas (deserções) e na importância crucial que os colonizadores foram forçados a reconhecer por escrito.

Referências bibliográficas

Antonio de Assis Júnior, **Dicionário Kimbundu-português, linguístico, botânico, histórico e corográfico. Seguido de um índice alfabético dos nomes próprios.** Luanda: Argente, Santos e Comp. Lda. [s.d.]

Raphael Bluteau. **Vocabulário portuguez e latino**, 10 v. Lisboa/ Coimbra: Colégio da Cia. de Jesus, 1712-1728.

Ariane Carvalho; Roberto Guedes. **Muxiluandas: memória política, escravidão perpétua, liberdade parentesco [Luanda, século XVIII]**. Rio de Janeiro: MAUAD Editora Ltda, 2021.

Ruy Duarte de Carvalho. **Ana a manda: os filhos da rede. Identidade colectiva, criatividade social e produção da diferença cultural: um caso muxiluanda.** Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989.

Virgílio Coelho. **“Imagens, símbolos e representações ‘Quiandas, Quitutas, Sereias’ imaginários locais, identidades regionais e alteridades”**. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, n. 8 (1998), pp. 179-214.

Aurora da Fonseca Ferreira. **A Kisama em Angola, do século XVI ao XX: autonomia, ocupação e resistência.** Luanda: Kilombelombe, 2012.

Beatrix Heintze. **Angola nos séculos XVI e XVII.** Estudos sobre Fontes, Métodos e História. Luanda: Kilombelombe, 2007.

Adriano Parreira. **Dicionário Glossográfico e Toponímico da documentação sobre Angola, séculos XV-XVII.** Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

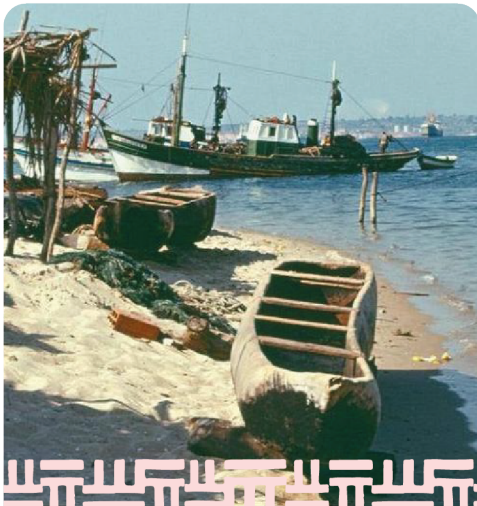
Catarina Madeira Santos. **“Escrever o poder. Os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu”**, Revista de História, São Paulo, n. 155, p.81-95, 2º sem. 2006.



AUXILUANDA

Axiluanda é um dos muitos etnônimos utilizados para nomear os habitantes da Ilha de Luanda, localizada em Angola. Os povos Axiluanda são conhecidos como grandes pescadores, marinheiros, mercadores, e por diversas outras atividades que desempenhavam e ainda desempenham pela Ilha e cidade de Luanda. Além disso, atribui-se essa aptidão nas atividades marítimas a uma ligação sobrenatural com o mar e com as Kyandas.

AUXILUANDA



PESCA AUXILUANDA

Os principais trabalhos dos Axiluanda se dividiam por gênero, sendo estes: o trabalho de pesca da fauna marítima como recurso alimentício feito pelos homens e a pesca de Zimbo – búzios pequenos que correspondem ao que hoje conhecemos como moedas – praticada pelas mulheres.

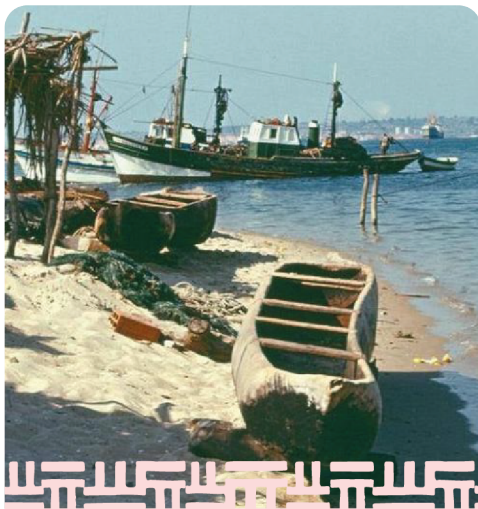
PESCA AUXILUANDA



ILHA DE LUANDA

A Ilha de Luanda, também conhecida como Ilha do Cabo, é uma faixa de areia baixa que se estende pela costa de Luanda, a capital de Angola. Historicamente, era um centro de poder econômico para o Reino do Kongo, sendo o local de onde se retiravam os "nzimbos", conchas utilizadas como moeda. Atualmente, é parte da paisagem da cidade, complementando-a com a sua geografia de ilha.

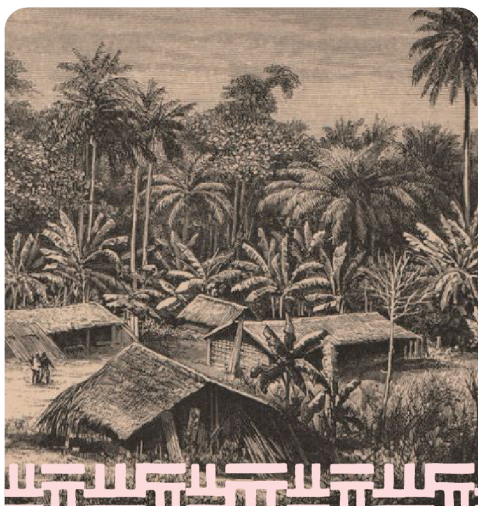
ILHA DE LUANDA



PESCA AUXILUANDA

A Kyanda, também conhecida como yanda, kiximbi ou kituta, é um gênio da natureza que faz parte do imaginário dos Kimbundu. As descrições variam de região e, segundo relatos, ela possui metade do corpo humano e metade de peixe. Elas são brancas, alvas ou cristalinas, com cabelos brancos e longos. Normalmente, as pessoas não a veem de forma direta, mas sim a seus sinais, a luz é um traço fundamental da presença delas. Cintilações luminosas, com sons vibrantes e envolventes, conduzidos por ventos e redemoinhos.

PESCA AUXILUANDA



NÂMBIOS

Os Nâmbios ou monâmbios são descritos como caçadores, pescadores e exímios navegadores que dominavam a geografia do rio Kwanza. Atuavam principalmente conduzindo as embarcações para região da barra do Kwanza, que por ser muito sinuosa oferecia diversos obstáculos para a navegação e eram conhecidos como os únicos capazes de guiar uma viagem segura para dentro do território.

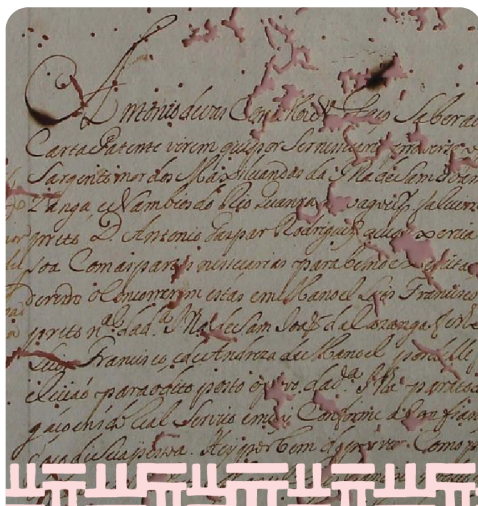
NÂMBIOS



BENGUELA

O Reino de Benguela, localizado ao sul do N'dongo (posteriormente, Reino de Angola), desde 1612 foi declarado independente com governador próprio. É uma região que começou a atrair a atenção dos portugueses após a reconquista desses territórios em 1648, pela riqueza do solo em cobre. No entanto, a qualidade ruim do cobre e as dificuldades que o clima e terreno pantanoso impunham aos colonizadores mudou a perspectiva sobre a região, tornando-a uma grande exportadora de escravizados durante o tráfico transatlântico.

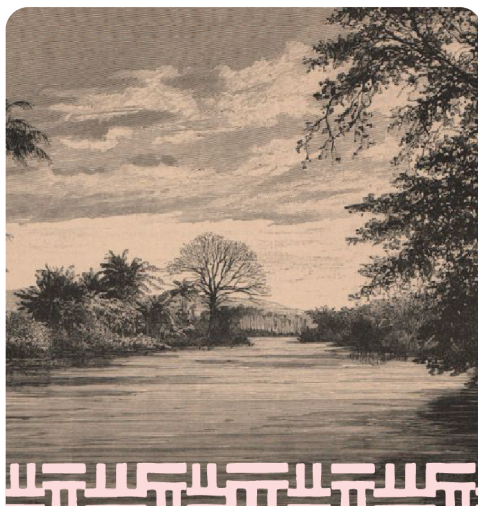
BENGUELA



CARTA PATENTE

Documento concedido pelo Rei ou pela autoridade delegada por ele, usado para conceder títulos, postos militares ou outros privilégios. Por exemplo, na documentação consultada, o governador Antônio de Vasconcelos concede carta patente ao recém eleito governador dos Axilunda, D. Francisco Matheus de Domingos.

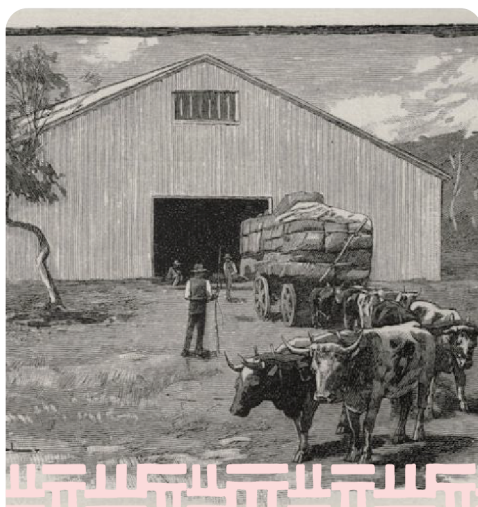
CARTA PATENTE



RIO KWANZA

Também chamado de Rio Quanza, Kwanza ou Cuanza. Considerado o principal rio que forma a bacia hidrográfica da atual Angola, foi fundamental para a comunicação entre a Costa e o interior do território durante o período da presença portuguesa na região. Ao longo do rio, foram construídas algumas das principais fortalezas (presídios) portuguesas.

RIO KWANZA



TERREIRO PÚBLICO

Uma instituição reguladora de abastecimento e distribuição de produtos fundamentais (como cereais e feijão e posteriormente água) para a cidade de Luanda e para os navios negreiros, além de realizar uma tabela de preços na cidade que auxiliou na estabilização da economia. Este também se envolvia em disputas de poder com a Câmara Municipal (que o ajudou na sua criação e era um intermediário entre o Terreiro e o Governo) e com o Governo (que o detém - alterando seu domínio de acordo com cada governo).

TERREIRO PÚBLICO



SOLDADO/JORNAL

Derivado da palavra “Solidus” (termo em latim que remete a ideia de algo inteiro), era uma moeda inteiramente de ouro se diferenciando das demais que possuíam ouro parcialmente na sua composição. No contexto da documentação trabalhada, soldo significa remuneração. Era o pagamento por um trabalho diário; a remuneração por uma jornada de trabalho.

SOLDADO/JORNAL



DESERTAR

Desertar significa, em um contexto militar, o ato de fugir, desistir ou abandonar uma função, patente, regimento, posto ou companhia do exército. No contexto do documento sobre os Axiluanda, desertar significa fugir, abandonar as funções de trabalho que lhes eram atribuídas. É interessante observar que se esperava dos Axiluanda, o mesmo rigor e responsabilidade dos militares.

DESERTAR







